



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0002860-85.2023

REFERÊNCIA: RESOLUÇÃO CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de soluções de Gestão de Ativos e Patches, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Grupo	Item	Descrição	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário mensal	Valor unitário para 60 meses	Valor Total - 60 meses	Intervalo Mínimo
1	1	Serviço de solução de gerenciamento de patches, em nuvem (Cloud Computing), com suporte por 60 meses - estações	26069	Serviço	750	R\$ 5,30	R\$ 318,00	R\$ 238.500,00	R\$ 20,00
	2	Serviço de solução de gerenciamento de patches, em nuvem (Cloud Computing), com suporte por 60 meses - Servidores	27502	Serviço	150	R\$ 5,42	R\$ 325,20	R\$ 48.780,00	R\$ 20,00
	3	Serviço de solução de gerenciamento de ativos de TIC, em nuvem (Cloud Computing), com suporte por 60 meses - Estações	27502	Serviço	750	R\$ 2,58	R\$ 154,80	R\$ 116.100,00	R\$ 20,00

4	Serviço de solução de gerenciamento de ativos de TIC, em nuvem (Cloud Computing), com suporte por 60 meses - Servidores	27502	Serviço	150	R\$ 2,58	R\$ 154,80	R\$ 23.220,00	R\$ 20,00
5	Serviço de implantação e configuração na infraestrutura do Tribunal	27502	Serviço	1	R\$ 13.930,00		R\$ 13.930,00	R\$ 10,00
6	Serviço de repasse de conhecimento com mínimo de 20 horas, para até 10 pessoas	21172	Serviço	1	R\$ 14.030,00		R\$ 14.030,00	R\$ 10,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO							R\$ 454.560,00	

1.2. Para os itens 01, 02, 03 e 04 o valor unitário a ser lançado no comprasnet é referente ao valor de 1 (um) serviço para 60 meses (exemplo: item 1, o valor unitário será R\$ 318,00).

1.2.1. Após a fase de lances, haverá convocação, da empresa melhor classificada, para o envio de proposta detalhada.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3.1. Por tratar-se de contratação de serviços Comuns de Tecnologia da Informação, se submetendo à resolução CNJ 468/2022.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, e o prazo para início da implantação da solução será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Por se tratar de Grupo, deverá ser ofertado preço para todos os itens.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I.a deste Termo de Referência (documento 1483014 do processo 0002860-85.2023.6.12.8000) e nas cláusulas abaixo;

2.1.1 Será contratada empresa especializada para implantação, suporte e treinamento nas soluções de Gestão de Patches e Gestão de Ativos de TI.

2.2. As especificações do serviço consistem em:

2.3.1. Licenças de uso da solução de Gestão de Patches e Gestão de Ativos de TI

2.3.1.1. Deve possuir as seguintes características:

2.3.1.1.1. Suporte de 60 meses diretamente com o fabricante da Solução.

2.3.1.1.2. 750 licenças de uso da solução de Gestão de Patches - Estações de trabalho

2.3.1.1.3. 150 licenças de uso da Solução de Gestão de Patches - Servidores

2.3.1.1.4. 750 licenças de uso da solução de Gestão de Ativos de TI - Estações de trabalho

2.3.1.1.5. 150 licenças de uso da Solução de Gestão de Ativos de TI - Servidores

- 2.3.1.1.6. Serviço de instalação e configuração na infraestrutura do Tribunal
- 2.3.1.1.7. Serviço de repasse de conhecimento com no mínimo 20 horas, para até 10 pessoas.
- 2.3.2. Serviço de solução de gerenciamento de ativos de TIC e patches, em nuvem (Cloud Computing), com suporte por 60 meses.
- 2.3.3. Licenças de Software como Serviço (SaaS): Após o término do contrato, se o Tribunal não fizer a renovação, não terá mais direito de utilizar a solução.
- 2.3.4. Ativos a serem gerenciados:
 - 2.3.4.1 Microcomputador e notebooks (estações e servidores localizados nas Secretarias dos Tribunais, Cartórios Eleitorais, em teletrabalho e trabalho remoto com acesso por VPN);
 - 2.3.4.2. Usuários (contas);
 - 2.3.4.3. Impressoras;
 - 2.3.4.4. Switches e Access Point Wireless; e,
 - 2.3.4.5. Qualquer outro software e equipamento (ou Itens de Configuração – ICs) de TI possível ser conectado à rede de dados e acessado via protocolo SNMP, SSH ou IPMI, homologados pelo fabricante da solução.
- 2.3.5. Versões mínimas de Sistemas Operacionais a serem inventariados e gerenciados pela Solução de Gestão de Ativos:
 - 2.3.5.1 Windows 7, Windows 8.1, Windows 10, Windows 11, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, Windows Server 2019, Windows Server 2022, Windows Embedded Standard/Enterprise 7, Windows Embedded POSReady 7, Windows Embedded 8.1, Windows 10 IoT Enterprise y Mac OS X 10.15.x, 11.0.1, 11+ M1 CPU ,12.0.1, LINUX SuSE, Red Hat, Centos, Ubuntu, Solaris 10, Solaris 11, OracleLinux, Raspbian 10 e versões superiores de todos os listados.
- 2.3.6. Versões mínimas de Sistemas Operacionais gerenciados pela Solução de Gestão de Patch:
 - 2.3.6.1 Sistemas operacionais Desktop: Windows 10 e 11; Servidor Windows Server 2008, 2008 R2, 2012, 2012 R2, 2016, 2019.
- 2.3.7. Deve oferecer suporte à aplicação de patches em pelo menos três das distribuições Linux, a seguir: Ubuntu, Debian, Cent OS, Red Hat, Suse Linux, Oracle Linux e Amazon Linux
- 2.3.8. Requisitos Gerais – para todas as Soluções (Gestão de Ativos e Patches):
 - 2.3.8.1. O licenciamento dos softwares deverá ser por equipamento gerenciado;
 - 2.3.8.2. Deverá estar de acordo com as boas práticas, funções e processos definidos no framework (estrutura de processos) do ITIL Versão 3 (ITIL v3) para gerenciamento de Serviços de TI.
 - 2.3.8.3. Segurança:
 - 2.3.8.3.1. O acesso à console de gerenciamento das soluções, por todos os usuários, deverá ocorrer por duplo fator de autenticação (2FA), com o registro de acessos para fins de auditoria.
 - 2.3.8.3.2. As soluções deverão seguir as melhores práticas de desenvolvimento seguro de aplicações do mercado.
 - 2.3.8.3.3. Toda e qualquer informação coletada ou trafegada nas soluções não poderão ser fornecidas a agentes externos e/ou divulgadas na internet, sem o consentimento do Tribunal.
 - 2.3.8.3.4. Caso possua agente instalado nos ativos de TI, não pode utilizar o compartilhamento administrativo do Windows (C\$, D\$, etc).
 - 2.3.8.3.5. Deverá ter a capacidade de atribuir diferentes níveis de privilégios aos usuários, ou grupo de usuários, para acesso às funções e recursos das soluções.
 - 2.3.8.3.6. Deve permitir um controle de acesso diferenciado para os usuários, incluindo: visões, acessos, privilégios e permissões, além de permitir a configuração do perfil dos usuários, como administrador e operador.
 - 2.3.8.3.7. Deverá permitir a integração com o Active Directory do Tribunal.
 - 2.3.8.3.8. A comunicação do agente (se houver), deve ocorrer por meio de protocolos seguros como HTTPS, SSH ou equivalentes.
 - 2.3.8.4. As soluções, caso desenvolvidas para plataforma web, devem possuir compatibilidade com navegadores de mercado, incluindo Chrome e Firefox.
 - 2.3.8.5. As soluções devem ser distribuídas em português e/ou inglês (inclusive manuais e help on-line).

2.3.8.6. Deverá ofertar documentação do software que inclua detalhamento do processo de instalação, manual de usuário, ajuda online integrada, tutoriais, etc.

2.3. Solução de Gerenciamento de Ativos e Patches – requisitos específicos:

2.3.1. Além dos requisitos gerais, listados acima, os requisitos específicos mínimos que a solução de Gestão de Ativos e Patches deverá atender são:

	Requisito	Descrição
1	Realizar inventário de Hardware	A solução deve inventariar os ativos de Hardware, coletando informações sobre computadores e seus componentes, impressoras e demais equipamentos. Exemplo de informações que devem constar no inventário: fabricante, nome do modelo, número de série, processador, placa-mãe, disco rígido, placa de vídeo, de rede, memória RAM, etc.
2	Realizar inventário de Software	A solução deve inventariar os softwares instalados em dispositivos Windows e Linux da rede, possibilitando seu registro e controle de licenciamento.
3	Realizar medição de uso do Software	A solução deve realizar a medição do uso do software, informando a quantidade e duração de uso de um determinado software por um usuário e/ou estação de trabalho.
4	Controlar as licenças de Software	A solução deve permitir o registro das licenças existentes para cada software, a data de expiração das mesmas e o controle de quantas licenças estão sendo utilizadas e quantas estão ociosas. Deve identificar quais são os computadores que estão utilizando cada licença, gerar avisos quando há mais licenças do software em uso do que o número de licenças disponíveis.
5	Realizar a distribuição de softwares e aplicativos	Deve ser possível, através da solução, distribuir e reinstalar softwares e aplicativos para um ativo específico, assim como para um grupo ou para a totalidade de equipamentos da rede corporativa. Deve ser possível agendar (dia/semana/mês) a instalação ou mesmo fazê-la em tempo real.
6	Realizar a desinstalação de softwares e aplicativos	A solução deve implementar a funcionalidade de realizar a desinstalação de softwares e aplicativos em um equipamento específico, assim como para um grupo ou para a totalidade de equipamentos da rede corporativa. Deve ser possível agendar a desinstalação ou mesmo fazê-la em tempo real.
7	Permitir a realização de configuração/ manutenção remota dos ativos.	A solução deve permitir, através de sua interface administrativa, que os técnicos acessem remotamente computadores em manutenção para realizar tarefas como: iniciar ou parar um serviço, alterar o registro, apagar ou criar um arquivo e/ou pasta, renomear um computador ou parar um processo em execução.
8	Identificar ativos de diferentes Sistemas Operacionais (Windows e Linux).	Visa ampliar a portabilidade da solução, permitindo reconhecer e coletar informações de dispositivos Windows e Linux.
9	Interface Web	A solução deve permitir que o acesso às suas funcionalidades seja realizado via interface web, com autenticação de duplo fator.
10	Gerenciamento de Bitlocker	A solução deve permitir ativar e desativar o Bitlocker em estações de trabalho, assim como armazenar a chave de recuperação de cada disco criptografado.
11	Implantação de Sistema Operacional	A solução deve permitir a captura e implantação de imagens de sistema operacional remotamente.
12	Possibilitar autogerenciamento de aplicativos pelos usuários	A solução deve possibilitar que o usuário instale/desinstale aplicativos pré-definidos através de um portal de autoatendimento.

13	Gerenciamento de Patches	A solução deve realizar o gerenciamento de patches de Sistema Operacional e de aplicativos de terceiros. A solução deve permitir a automatização na implantação de patches de segurança e de melhoria. Gerenciamento de patch deve controlar multi-dependências de patches, ou seja, se há múltiplos pacotes sendo instalados, requerendo múltiplos reboots, o agente suprime os reboots até que tudo esteja completo. Deve apontar todas as versões da aplicação que são afetadas e precisam de correção.
14	Recurso para inclusão de campos adicionais no cadastro de ativos para hardware e software	O campo deve permitir incluir as informações: Nº do contrato, objeto do contrato, fiscais do contrato, tipo, marca/modelo, valor, fornecedor, responsáveis pelos equipamentos (demandante, técnico e administrativo), garantia, status (ativo/inativo), classificação de criticidade e identificador.
15	Deve permitir o registro de informações dos bancos de dados corporativos	Controle de licença dos bancos de dados utilizados nos servidores corporativos.
16	Banco de Dados	Centralizado para armazenamento automático das informações referentes aos ativos e itens de configuração, estar de acordo com o definido no ITIL v3. Deverá fazer integração entre os ativos, seus atributos e a relação entre eles, de forma automática. Possuir banco de dados de patches de correção que seja atualizado de forma contínua, a partir do site dos fabricantes. O catálogo de patches a serem aplicados deve filtrar de forma simples quais são os patches que precisam ser instalados e exibir somente as últimas versões disponíveis de cada um deles, considerando a obsolescência de versões antigas.
17	Integração	As soluções de gestão de Ativos e Patches deverão estar integradas entre si, através de uma base de dados, fazendo parte de uma mesma solução, podendo ser ofertadas por módulos. A solução deve prover integração com o <i>LDAP</i> ou <i>Microsoft Active Directory</i> .
18	Consultas, relatórios e dashboards	Consultas e relatórios acessíveis pela console Web, com pesquisas parametrizáveis, permitindo exibição por gráficos e exportação para vários formatos de arquivos do mercado, como por exemplo, .csv e .pdf. O status individual de cada tarefa de patch deve mostrar quais patches foram instalados com sucesso, quais falharam e quais não foram instalados por não serem necessários.
19	Políticas	solução deve permitir políticas impositivas de aplicações nos endpoints.
20	Realizar a distribuição dos patches e agentes	A solução deve prover a instalação remota, automática e silenciosa do agente, quando houver. Deve permitir o download de patches antes do início da tarefa, de forma a otimizar o processo de instalação.
21	Administração	Baseada em regras, permitindo segmentar níveis de acesso por perfis de usuários, como por exemplo, administradores, operadores.
22	Monitoramento	Escanear os endpoints em busca de informações sobre os patches não instalados e confrontá-los contra o banco de dados de patches disponíveis.
23	Sincronização	Possuir recurso para configuração da periodicidade de sincronização do banco de dados de patches. Possuir recurso para testar e aprovar os patches antes do processo de deploy.
24	Seleção	A solução deve conter a inteligência de filtrar automaticamente, sem intervenção, quais ativos receberão os patches selecionados na tarefa de patch considerando a arquitetura do sistema operacional e também a pré-existência de determinada aplicação, evitando assim instalações indesejadas.

2.4. A solução deverá prover também:

- 2.4.1. Capacitação da equipe técnica nas ferramentas e configurações dos processos implantados;
- 2.4.2. O direito de atualização das licenças e ao suporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses, contados do aceite da fase em produção;
- 2.4.3. Garantir todas as configurações necessárias para o pleno funcionamento da solução.
- 2.5. Serviço de implantação e configuração:
 - 2.5.1. Instalação e configuração dos clientes, caso existam, nos ativos de cada Tribunal.
 - 2.5.2. Diagnóstico e proposta para solução de problema de desempenho das soluções.
- 2.6. Serviços de Manutenção e Suporte por 60 meses:
 - 2.6.1. O serviço de Suporte Técnico, incluso na contratação, deverá ser prestado sem ônus adicional à contratante, pelo período de 60 (sessenta) meses, contados do aceite definitivo da solução e deverá atender aos requisitos:
 - 2.6.1.1. Atendimento telefônico ou via e-mail.
 - 2.6.1.2. Prazo máximo para solução de problemas, de 96 (noventa e seis) horas corridas, contadas a partir da abertura do chamado.
 - 2.6.1.3. Atendimento on-site, se o problema não for resolvido dentro do prazo máximo de solução, quando o problema for recorrente no período de até 30 (trinta) dias ou quando verificada necessidade pela contratada.
 - 2.6.1.4. Atendimento remoto de 4 (quatro) horas corridas e contadas após a abertura do chamado, para solução de problemas ou aplicação de solução de contorno no caso da solução ficar inoperante (situação crítica).
 - 2.6.1.5. Após a aplicação da solução de contorno, atendimento em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da abertura do chamado, para solução definitiva para situações em que se exija desenvolvimento de correção no aplicativo. A contratada deverá prover o Tribunal do serviço de suporte de segundo nível em administração e configuração de todas as ferramentas que compõem a solução, por profissional(is) dotado(s) de uma das seguintes capacidades:
 - 2.6.1.5.1. Ter certificação oficial do fabricante em pelo menos uma das ferramentas que compõe a Solução. Para esta exigência não serão aceitos certificados de treinamento. Caso algum fabricante não possua certificação oficial para pelo menos uma das ferramentas que compõe a Solução, a certificação poderá ser substituída por declaração emitida pelo fabricante.
 - 2.6.1.5.2. Experiência mínima de 1 (um) ano na Solução ou participação durante todo o período de implementação da Solução.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação justifica-se porque o TRE-MS não possui solução de automatizada para manter as aplicações atualizadas, nem uma solução automatizada para a gestão de ativos de TI.
- 3.2. Dessa forma, torna-se necessário contratar uma empresa para fornecer solução para gestão de patches e ativos de TI.
- 3.3. Os OBJETIVOS a serem alcançados por meio da contratação são: otimizar e automatizar os procedimentos de atualização de patches, de forma a coibir possíveis invasões geradas por falta de atualizações importantes e/ou emergenciais, nos diversos sistemas utilizados pela organização e automatizar a gestão de ativos de TI, para ter mais precisão na tomada de decisão.
- 3.4. Os BENEFÍCIOS diretos e indiretos resultantes da contratação são:
 - 3.4.1. Mitigar riscos de segurança.
 - 3.4.2. Manter softwares atualizados.
 - 3.4.3. Obter informações atualizadas em tempo real sobre os ativos de TI.
 - 3.4.4. Disponibilizar softwares para os usuários de forma rápida sem que seja necessário deslocar-se até o local de trabalho dos mesmos.
 - 3.4.5. Centralizar a administração dos Endpoints.
 - 3.4.6. Implantar configurações específicas para usuários em tempo real.
 - 3.4.7. Economia na aquisição de softwares, podendo realizar a gestão das licenças
 - 3.4.8. Facilitar o processo de auditorias dos ativos de TI;
 - 3.4.9. Um único console de administração centralizado para facilitar o gerenciamento de ativos, ajudando a manter a conformidade e a segurança;
 - 3.4.10. Conhecer todos os ativos de TI que acessam a rede do Tribunal, possibilitando o bloqueio remoto de ativos não permitidos.
- 3.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI

0009204-19.2022.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

3.6. A contratação está em consonância com o PDTIC, Perspectiva - **Processos Internos**, Objetivos Estratégicos - **Promover a Transformação Digital** e **Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados**, Indicadores - KR1-2.2 - **Índice de Serviços Disponibilizados em Nuvem** e KR1.7.1 - **Número de vulnerabilidades críticas e altas**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Legais

4.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (PESQUISA DE PREÇOS), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.2. Requisitos Temporais

4.2.1. O início dos serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

4.2.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.2.3. Todos os prazos citados, quando não expressos de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.3. Requisitos de Experiência Profissional

4.3.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

4.4. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.4.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado da Nota de Empenho encaminhada pela Contratante.

4.4.2. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência, ao contratante, de eventuais acontecimentos durante a execução dos serviços.

Outros requisitos aplicáveis

4.5. PARCELAMENTO DO OBJETO: A presente contratação será formada por um único grupo. A equipe de planejamento optou formar o grupo em virtude da necessidade de se adquirir as licenças, instalação/configuração e repasse de conhecimento pela mesma empresa. Havendo divisão/parcelamento dos grupos ou dos itens, podemos gerar consequências para o uso adequado da ferramenta.

4.5.1. Pelo motivo exposto, não haverá lote de participação exclusiva para ME-EPP, mas será dado **tratamento favorecido** dos arts. 42 a 49 da LC 123/06.

4.5.2. Em virtude do agrupamento dos itens, a empresa deverá ofertar preços para todos os itens do grupo, caso não o faça, a proposta será recusada.

4.6. Consórcio: Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

4.7. Garantia da Contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Sustentabilidade:

4.8.1. Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

4.8.2. Caso a impressão seja necessária, a empresa deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

4.8.3. Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.

4.8.4. As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.

4.8.5. A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.9. Subcontratação - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto terá início, no máximo, até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da nota de empenho.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no endereço, Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS.

5.3. Haverá repasse de conhecimento para a equipe técnica. Dessa forma, haverá transferência de conhecimento.

5.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.5. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.6. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I.b e I.c.

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência
- b) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- c) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- d) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- e) Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Verificar a manutenção pelo contratado das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- g) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado
- h) Aplicar penalidades ao contratado, por descumprimento contratual.
- i) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- j) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- k) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- l) Efetuar o pagamento ao contratado, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- m) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- n) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

6.2. São obrigações do CONTRATADO

- a) Realizar a prestação do serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência (Anexo I).
- b) Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- c) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- d) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

- e) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- f) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- g) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- h) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade do contratado a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
- j) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- k) Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
- l) Fazer a transição contratual, quando for o caso;
- m) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
- n) Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-Geral 176/2023, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
- o) Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- p) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
 - 7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.
 - 7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.
- 7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:
 - 7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
 - 7.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
 - 7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
 - 7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. Formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, na finalização dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os recebimento provisório será realizado pela fiscalização (STI), no prazo de 10 (dez) dias, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.3. Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.3.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.4. O prazo constante no item 8.2. será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.6. A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado

8.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais

8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade,

deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

8.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

8.14. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

8.15. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

8.16. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.17. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

8.17.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.18. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será mensal e deverá ser efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.24. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i =$ taxa percentual anual do valor de 6%, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

9.3. Para fins de aceitação da proposta, a empresa será convocada para envio da proposta detalhada (Anexo III), em que indicará os valores unitários e totais para cada item.

9.3.1. A proposta detalhada deverá ser enviado através da ferramenta de envio de arquivos do sistema Comprasnet no prazo máximo de até 02 (duas horas), após a convocação do Pregoeiro.

9.3.2 Para a elaboração da proposta detalhada, o TRE/MS recomenda, com veemência, a utilização do Anexo III do Edital (modelo de proposta detalhada), sendo que, no caso de apresentação do mencionado documento em formulário próprio, deverá a licitante transcrever todas as informações constantes do Anexo III.

9.3.2.1. O não encaminhamento da proposta detalhada, no prazo estipulado na cláusula 9.3.1 e/ou o encaminhamento de formulários com informações incompletas (entendendo por incompletas as que impossibilitem a correta mensuração do objeto) acarretarão a RECUSA DA PROPOSTA.

9.3.3. Caso sejam identificados erros/incorrekções na composição dos preços que não comprometam a prestação dos serviços, será a empresa informada pelo Pregoeiro e convocada para promover a alteração da proposta detalhada.

9.3.3.1. A empresa terá o prazo de **02 (duas) horas**, contados da convocação do anexo, para promover a adequação da proposta detalhada e envia-lá através da ferramenta de envio de arquivos do sistema Comprasnet.

9.3.3.2. O não encaminhamento da proposta detalhada devidamente adequada no prazo que discriminado na cláusula anterior acarretará a RECUSA DA PROPOSTA.

9.4. Será realizada prova de conceito (POC), on-line, para teste e aceite da solução, a ser realizado no prazo máximo de 2 dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro, para a solução de Gestão de Ativos de TI e Patches. Caso o produto não cumpra os requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência, a proposta da licitante será desclassificada.

9.4.1) Recursos para a validação:

9.4.1.1) O TRE-MS irá fornecer 10 (dez) microcomputadores, dentre eles:

- estações de trabalho e servidor, ambientes com e sem SIS, utilizados na rede do Tribunal (Secretaria e cartórios) e utilizados em trabalho remoto, 2 elementos de rede como, por exemplo, impressora, appliances, switches.

9.4.1.2) A validação corresponderá à execução das seguintes tarefas:

- Efetuar a instalação e execução do agente (se houver), em pelo menos 8 (oito) microcomputadores, de forma "silenciosa".
- Efetuar o inventário com a coleta dos seguintes atributos de hardware em, no mínimo 8 (oito) dos 10 (dez) computadores disponibilizados: Endereço IP, Hostname; tamanho da memória, processador, MAC Address e o campo "Asset Tag", da BIOS.
- Efetuar o inventário com a coleta dos seguintes atributos de softwares em, no mínimo 8 (oito) dos 10 (dez) computadores disponibilizados: "Nome Original do Arquivo", "Nome do Software", "Fabricante" e "Versão".
- Verificar se compartilhamento administrativo do Windows continua desativado: a solução não pode utilizar esse recurso, por se tratar de uma brecha de segurança.
- Acessar a console de gerenciamento e analisar se solicita a autenticação por 2FA Identificar as mudanças de hardware e/ou software que forem feitas em um dos computadores: proceder com desinstalação e instalação de softwares. Alterar algum item de hardware.
- Aplicar patches sugeridos pela solução e acompanhar a instalação e resultados da instalação: se foi com sucesso, se houve erros, sugestões da ferramenta para correções.
- Gerar um pacote de um software e efetuar a distribuição, de forma silenciosa, em pelo menos 8 (oito) microcomputadores
- Emitir relatório de softwares e atributos inventariados nos microcomputadores
- Acessar uma das estações utilizando a função controle remoto
- Deverá ser configurada a função para que o usuário autorize o acesso.

9.4.2. A execução da demonstração será avaliada pela Unidade Requisitante, seguindo o roteiro

acima, momento em que serão utilizados os termos “conforme” ou “não conforme” a fim de registrar aprovação/desaprovação da solução apresentada.

9.4.2.1. Um ou mais itens avaliados como “não conforme” implicará na imediata desqualificação da licitante.

9.4.2.2. Aprovada na Prova de Conceito e comprovado o atendimento das demais especificações editalícias, a licitante terá a objeto ACEITO.

9.4.2.3. Reprovada na POC a licitante terá sua proposta recusada e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a Prova de Conceito, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital.

Da Aplicação da Margem de Preferência (Lei Complementar 123/2006 - MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

9.5. Para todos os itens, será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;

g.1) A apresentação de **certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação do licitante**. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

g.2) à certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

f) comprovar que está autorizada, pelo fabricante, a comercializar a solução ofertada.

g) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**: A Licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com quem tenha firmado e cumprido contrato referente ao fornecimento dos serviços dos itens 1, 2, 3 e 4, ou seja, prestação de serviços especializados de TI.

g.1) Poderá ser apresentado somente um atestado contendo fornecimentos realizados para os itens, 1, 2, 3 e 4 ou atestados distintos para cada item.

10. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. As disposições ao reajuste e restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 454.560,00 (Quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação

entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2. A contratação do TRE/MS será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 14112 - TRE-MS;
- II) Fonte de Recursos: : 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- IV) Elemento de Despesa: 3390.40.19 - TIC LOCSOF e 3390.40.11 - TIC APOIO.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta do Contrato.

Campo Grande, MS.

ANTÔNIO MENDES BARATA SEGUNDO
Integrante Demandante

MARCELO SILVA DE NOVAES
Integrante Técnico

SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 13/11/2023, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1537060** e o código CRC **8249F2A6**.



0002860-85.2023.6.12.8000

1537060v5